



CRIF CENTRO DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE FÁTIMA

NIF 501 130 020



RELATÓRIO E CONTAS

2020

Índice

1. Nota Introdutória
2. Contexto Geral
3. Análise Económica e Financeira
 - 3.1. Análise às principais rubricas de Resultados
 - 3.2. Análise de Resultados
 - 3.3. Análise às principais rubricas de Balanço
4. Factos relevantes ocorridos após termo do exercício
5. Evolução previsível da actividade da Instituição
6. Proposta de aplicação de Resultados

Anexos

1. Balanço
2. Demonstração de Resultados por naturezas

1. Introdução

O Relatório e Contas respeitante ao exercício económico de 2020, apresenta as variações e alterações ocorridas e reflectidas nos registos contabilísticos durante o ano, resultantes do desempenho das decisões de gestão e organização da Instituição.

Servem de base aos valores apresentados, as demonstrações financeiras, Balanço e Demonstração dos Resultados, que se anexam e que se encontram elaboradas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL).

Assim, para uma melhor percepção dos valores globais que compõem as demonstrações financeiras, Balanço e Demonstração de Resultados, efectua-se de seguida uma análise detalhada destes mapas.

2. Contexto Geral

O exercício económico de 2020, fica marcado a partir de Março pela pandemia que afetou toda a população de uma forma geral, o país e o mundo e que obrigou a períodos de encerramento dos serviços, a períodos de funcionamento condicionado como forma de prever eventuais formas de contágio e propagação da doença COVID 19, cuja gravidade naqueles que dela padecem é impossível de prever. O ano de 2020, fica marcado pela necessidade de novas metodologias de trabalho e pela necessidade de distanciamento físico entre indivíduos. No CRIF em particular, e conforme indicação das autoridades de saúde, obrigou ao encerramento dos serviços durante os períodos recomendados pelas entidades governativas. Nos períodos em que os serviços estiveram em funcionamento, a Instituição funcionou com grupos mais reduzidos de forma a poder respeitar as normas da DGS. A situação pandémica vivida obrigou a Direção a adotar medidas, que visaram sobretudo preservar a existência de condições físicas e humanas para a satisfação da necessidade daqueles que necessitam dos serviços prestados, tentando manter o equilíbrio financeiro da Instituição.

Assim, registaram-se alterações relevantes face aos exercícios económicos anteriores, ao nível do funcionamento da atividade prestada, que tal como em anos anteriores abrange a resposta social de Centro de Atividades Ocupacionais e as atividades Educativa e Formação Profissional.

No ano de 2020, a Instituição suspendeu os serviços acessórios que visam a rentabilização de equipamentos próprios, nomeadamente a piscina, nomeadamente natação para bebés, hidroterapia, hidroginástica e hipoterapia.

O quadro de pessoal da Instituição manteve-se estável durante o ano de 2020. Deste modo a 31 de dezembro de 2020 o quadro de pessoal da Instituição era composto por 49 colaboradores, sendo que neste número se encontram 2 funcionários enquadrados no programa MAREES que visa o reforço de pessoal nos equipamentos de apoio social, medida promovida pelo IEFP.

Ao nível do investimento, foram realizados investimentos ao nível da construção do espaço da Lavandaria Social (31.764,01€), equipamento para a sala de Snozelen (9.724,20€), equipamento de ar condicionada (2.177,10€) e investimentos relacionados com a situação pandémica vivida, mobiliário (2.050,72€) e equipamento informático (7.644,12€).

3. Análise Económica e Financeira

3.1. Análise às principais rubricas de Resultados

Rendimentos e Ganhos

Evolução e Estrutura dos Rendimentos da Instituição:

Rubricas	2018	2019	Diferença	2020	Diferença
Vendas	0	0	0	0	0
Prestação de Serviços	88.249,33	102.262,98	14.013,65	73.295,72	-28.967,26
Subsídios à Exploração	774.654,60	878.879,30	104.224,70	814.646,96	-64.232,34
Outros Rendimentos	208.023,68	172.057,32	-35.966,36	167.662,54	-4.394,78
Total	1.070.927,61	1.153.199,60	82.271,99	1.055.605,22	-97.594,38

Os rendimentos da Instituição, apresentam uma evolução negativa face ao exercício económico anterior, no montante de 97.594,38 euros.

Esta oscilação, resulta da redução das receitas que afeta todas as rubricas, sendo mais relevante nos montantes faturados aos utentes (prestação de serviços) e subsídios à exploração.

Os rendimentos obtidos provenientes de prestação de serviços, apresentam uma redução dos valores comparativos, que se justifica com a situação pandémica vivida, o encerramento dos serviços e o funcionamento condicionado a um determinado numero de utentes como forma de evitar a progressão da doença, que obrigou a Direção a medidas de adequação da faturação aos períodos em que a Instituição esteve condicionada e que originaram a suspensão ou redução temporária dos valores faturados. Os subsídios à exploração apresentam valores comparativos inferiores, devido à diminuição dos apoios provenientes do IEPF, mais precisamente aos apoios recebidos pela Instituição no âmbito da formação profissional, que tal como outros serviços também esteve suspensa o que originou uma diminuição das verbas provenientes desta atividade.

Os outros rendimentos também diminuíram face ao ano anterior, estando esta redução associada ao decréscimo das verbas registadas associadas à utilização dos equipamentos da Instituição, nomeadamente a piscina. Refira-se que o decréscimo registado nesta rubrica não foi mais acentuado devido ao aumento das verbas provenientes de donativos.

Vendas

Não se encontram valores registados nesta rubrica, no exercício de 2020.

Prestação de Serviços

As receitas provenientes de mensalidades apresentam uma evolução negativa associada aos reajustes na atividade provocados pela situação pandémica vivida. As receitas obtidas no ano de 2020, provenientes dos serviços prestados pela Instituição, registam um decréscimo no montante de 28.967,26 euros. As receitas obtidas encontram-se subdivididas da seguinte forma:

Prestação de Serviços	2018	2019	Diferença	2020	Diferença
Infância e Juventude	85.954,33	100.637,98	14.683,65	72.510,72	-28.127,26
Quotizações	2.295,00	1.625,00	-670,00	785,00	-840,00
Total	88.249,33	102.262,98	14.013,65	73.295,72	-28.967,26

Pela análise do quadro anterior, verifica-se que as mensalidades e quotizações dos utentes/sócios diminuíram comparativamente com o exercício anterior.

Subsídios à Exploração

As receitas registadas na rubrica de Subsídios à Exploração representaram mais de 77,17% das receitas totais obtidas no ano de 2020, mantendo-se como suporte financeiro da Instituição. Verificou-se uma redução global dos montantes recebidos, que totaliza 64.232,34 euros.

Os rendimentos provenientes dos subsídios à exploração recebidos pela Instituição no ano de 2020 tiveram a seguinte oscilação:

Subsídios à Exploração	Resp. Social	2018	2019	Diferença	2020	Diferença
ISS, IP - CDSS Santarém	CAO	524.367,05	543.261,60	18.894,55	562.272,48	19.010,88
DGESTE – M. Educação	Educativa	124.264,48	126.750,39	2.485,91	115.099,90	-11.650,49
IEFP	For. Prof.	120.115,04	164.182,37	44.067,33	85.437,99	-78.744,38
IEFP - Apoio Contratação	Comum	602,21	20.473,16	19.870,95	11.950,45	-8.522,71
Subs. Outras Entid.	Comum	5.305,82	24.211,78	18.905,96	39.886,14	15.674,36
Total		774.654,60	878.879,30	104.224,70	814.646,96	-64.232,34

O financiamento público direcionado para as respostas sociais/atividade da Instituição, registou no ano de 2019 as seguintes oscilações:

- **Centro de Actividades Ocupacionais financiado pelo ISS**: os valores registados em 2020, registam um aumento resultante da atualização do acordo de cooperação existente, no montante de 19.010,88 euros.
- **Educativa financiada pela DGestT**: Os valores registados reflectem uma redução das verbas atribuídas para financiamento da actividade desenvolvida. A diminuição apurada traduz-se numa oscilação monetária no montante de 11.650,49€.

- **Formação Profissional:** As verbas recebidas registam uma oscilação negativa no montante de 78.744,38 euros. Este decréscimo encontra-se associado aos períodos abrangidos pelos pedidos de pagamento das despesas associadas a esta atividade e ao impacto da pandemia no desenvolvimento desta atividade no ano de 2020 em que a mesma esteve durante parte do ano suspensa.

Verificou-se ainda uma redução das verbas atribuídas pelo IEFP, destinadas ao apoio à contratação de pessoal em 2019 comparativamente com o exercício anterior no montante de 8.522,71 euros, que se encontra associado ao recurso a apoios para contratação nomeadamente a Estágios Profissionais. Refira-se, no entanto, que no ano de 2020, o IEFP colocou à disposição dos equipamentos sociais um programa que visa o reforço dos equipamentos sociais (MAREES), que resultou na contratação de 2 colaboradores o que gerou um apoio no montante de 3.906,72 euros.

Em 2020, encontram-se registados subsídios de outras entidades, nomeadamente um apoio da Fidelidade no montante de 11.000,00 euros e o apoio do IEFP destinado ao centro de recursos no montante de 23.979,42 euros.

A situação de pandemia levou a que o Município atribuísse também um apoio à exploração, no montante de 1.000,00€ destinado à aquisição de produtos/equipamentos de combate à pandemia.

Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica regista uma diminuição da receita apurada no montante de 4.394,78 euros face ao ano anterior. Este valor reflete sobretudo a diminuição das verbas recebidas provenientes das atividades desenvolvidas para rentabilização de espaços próprios (natação/hidroterapia).

No registo das verbas recebidas, destacam-se as seguintes:

- Donativos que em 2020 atingiram o montante de 56.812,52€ o que se traduz num aumento de 29.922,14€ face a 2019,
- atividades desenvolvidas para rentabilização de espaços próprios (natação/hidroterapia) que totalizaram o montante de 6.016€ o que se traduz numa diminuição da receita no montante de 15.701,50€,
- Subsídios atribuídos à Instituição para investimento no montante de 33.529,27€,
- Renda da Loja da Instituição, no montante de 5.200€,
- Regularização dos subsídios de alimentação em espécie no montante de 40.585,09€.

Inclui-se nesta rubrica no ano de 2020, o processamento dos valores atribuídos no âmbito da frequência da formação profissional no montante de 10.895,74€. Este valor encontra-se balanceado numa rubrica de gastos pelo que a sua influência no resultado apurado é nula.

Gastos e Perdas

Os gastos e perdas da Instituição apresentam a seguinte evolução, no ano de 2020:

Rubricas	2018	2019	Diferença	2020	Diferença
CMVMC	44.722,21	48.988,76	4.266,55	31.103,83	-17.884,93
Fornec. Serviços Externos	184.455,27	197.032,51	12.577,24	117.982,45	-79.050,06
Gastos com Pessoal	702.705,78	730.300,97	27.595,19	758.021,10	27.720,13
Gastos com Amortizações	73.521,61	62.866,19	-10.655,42	86.350,07	23.483,88
Outros Gastos	49.006,87	36.287,69	-12.719,18	46.671,40	10.383,71
Perdas de Financiamento	7.051,65	5.418,78	-1.632,87	4.391,77	-1.027,01
Total	1.061.463,39	1.080.894,90	19.431,51	1.044.520,62	-36.374,28

Através da análise do quadro anterior, concluímos que houve uma redução dos gastos totais. As rubricas de CMVMC, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos de Financiamento, apresentam uma evolução positiva da despesa face ao exercício de 2019. As rubricas de Gastos com pessoal, Depreciações e Amortizações e Outros Gastos registam em 2020 um aumento da despesa.

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Os gastos com a aquisição de mercadorias e géneros alimentares totalizaram em 2020 o montante de 31.103,83 euros e representam uma redução da despesa no montante de 17.884,93 euros. Esta redução justifica-se com o encerramento dos serviços devido à pandemia.

Fornecimento e Serviços Externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos, refletem os gastos com o consumo de bens e serviços, destinados ao desenvolvimento da atividade e apresentam no seu conjunto, uma redução da despesa no montante de 79.050,06 euros.

A distribuição desta rubrica encontra-se evidenciada no quadro seguinte, e da sua análise, conclui-se que:

Fornec. Serviços Externos	2018	2019	Diferença	2020	Diferença
Subcontratos	0	0	0	0	0
Serviços Especializados	45.642,71	44.432,98	-1.209,73	37.311,69	-7.121,29
Materiais	7.510,81	8.492,24	981,43	7.893,89	-598,35
Energia e Fluídos	104.272,64	113.724,30	9.451,66	47.097,04	-66.627,26
Des., Estadas e Transp.	637,22	453,29	-183,93	87,23	-366,06
Serviços Diversos	24.710,13	28.699,98	3.989,85	24.316,21	-4.383,77
Despesas com Utentes	1.681,76	1.229,72	-452,04	1.276,39	46,67
Total	184.455,27	197.032,51	12.577,24	117.982,45	-79.050,06

Verificou-se uma redução da despesa associada a esta rubrica. A oscilação mais significativa regista-se na rubrica de energia e fluidos, que se justifica com a redução da despesa associada aos combustíveis e gás. As restantes rubricas de gastos apresentam também variações positivas com redução da despesa, ou pouco

relevantes para a composição do resultado e que resultam de necessidades pontuais.

Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal apresentam um acréscimo da despesa associada face ao ano anterior. Este aumento resulta das atualizações salariais impostas pela actualização do SMN e outras impostas pelo CCT resultaram num aumento da despesa registada.

Refira-se que a Instituição nos períodos em que esteve encerrada não recorreu em 2020 aos apoios disponibilizados para a manutenção dos postos de trabalho, nomeadamente o Lay-OFF.

Saliente-se que a rubrica de Gastos com Pessoal representa mais de 72,57% dos gastos necessários ao funcionamento da actividade.

Gastos com o Pessoal	2018	2019	Diferença	2020	Diferença
Remunerações Pessoal	575.729,20	595.256,42	19.527,22	616.365,31	21.108,89
Enc. sobre Remunerações	116.768,19	120.146,41	3.378,22	122.464,67	2.318,26
Seguros de Acid. Trabalho	5.939,49	7.927,60	1.988,11	8.496,80	569,20
Outros Custos com Pessoal	4.268,90	6.970,54	2.701,64	10.694,32	3.723,78
Total	702.705,78	730.300,97	27.595,19	758.021,10	27.720,13

Gastos com Amortizações

Esta rubrica regista, os valores resultantes do desgaste dos bens utilizados para a persecução da atividade. Verifica-se no ano de 2020, um aumento dos gastos, no montante de 23.663,88 euros associado aos investimentos efetuados no decurso de 2020.

Outros Gastos

Os valores apurados nesta rubrica no montante global de 46.671,40 euros, apresentam uma evolução negativa, o que se traduz numa redução dos gastos no montante de 10.383,71 euros. A despesa registada reflete essencialmente as despesas das quotizações (544,80€), despesas bancárias associadas à manutenção de contas bancárias (815,87€) e os valores atribuídos aos utentes a título de bolsas de profissionalização / compensação (43.131,33€).

Gastos e Perdas de Financiamento

Encontram-se registadas nesta rubrica, a despesa associada pelo recurso ao crédito para financiamento da atividade, através das entidades bancárias.

O montante apurado reflete uma diminuição ligeira da despesa no montante de 1.632,87 euros face ao ano anterior e totaliza 4.391,77 euros.

3.2. Análise de Resultados

Resultados	2018	2019	Diferença	2020	Diferença
Resultados a. Amortizações	90.037,48	131.316,92	41.279,44	97.826,44	-33.490,48
RO (antes G. Fin. Impostos)	16.515,87	68.450,73	51.934,86	11.296,37	-57.154,36
Resultados Antes Impostos	9.464,22	63.031,95	53.567,73	6.904,60	-56.127,35
Resultado Líquido	9.464,22	63.031,95	53.567,73	6.904,60	-56.127,35

Concluimos, analisando os valores apresentados, que houve um decréscimo nos resultados apurados comparativamente com igual período do ano anterior. A Instituição apresenta no final do ano de 2020, o indicador de resultados antes de amortizações com um resultado positivo.

Os valores apresentados, demonstram-nos que o desempenho operacional da Instituição é positivo, que se reflete no fato de a Instituição gerar rendimentos suficientes para suportar o desgaste dos equipamentos e as despesas financeiras associadas ao financiamento de curto prazo, associadas à utilização da conta caucionada titulada pela Instituição e à liquidação do empréstimo contraído para solver a investimentos realizados.

O Resultado Líquido apurado para o exercício económico de 2020 é positivo, no valor de 6.904,60 euros.

3.3. Análise às Principais Rubricas do Balanço - ACTIVO

Activo não Corrente

A oscilação dos valores desta rubrica deve-se à incorporação das depreciações ocorridas no decurso de 2020. Também o fim de vida útil de alguns bens existentes ao serviço da Instituição contribuiu para o valor apurado.

Inclui-se registado nesta rubrica o valor estipulado por lei referente aos contratos de trabalho celebrados pela Instituição, no montante de 3.921,22€.

Inventários

Os valores registados no montante de 338,79€, refletem os géneros alimentares em stock a 31 de dezembro de 2020.

Clientes

Os valores apresentados incluem as dívidas dos utentes de acordo com os registos nas contas correntes do programa de facturação. Encontram-se em dívida à Instituição à data do balanço 5.741,23€.

Diferimentos

Encontram-se registados nesta rubrica os valores referentes ao diferimento do valor dos seguros, respeitante a gastos a ocorrer em 2020, mas cujo documento vincutivo da despesa já se encontra registado na contabilidade no montante de 8.217,91€.

Disponibilidades

Verificou-se um aumento dos valores registados nas rubricas de Caixa, Depósitos Bancários e Outros Instrumentos Financeiros, face ao exercício anterior.

Análise às Principais Rubricas do Balanço – FUNDOS PATRIMONIAIS

As alterações ocorridas nas rubricas de fundos patrimoniais, reflectem a incorporação dos resultados do ano anterior na rubrica de Resultados Transitados e o reconhecimento da percentagem amortizável dos Subsídios para Investimento.

Análise às Principais Rubricas do Balanço – PASSIVO

Fornecedores

Fornecedores	2018	2019	Diferença	2020	Diferença
Fornecedores	45.264	46.541	1.277	52.023	5.482

Verifica-se um ligeiro aumento dos valores registados nesta rubrica, comparativamente com o ano anterior.

Estado e Outros Entes Públicos

Estado e Outros Entes Públicos	2018	2019	Diferença	2020	Diferença
Estado e Outros Entes Públicos	32.981	32.971	-10	30.954	-2.017

Esta rubrica indica-nos o valor em dívida perante o Estado, sendo que estes valores se encontram associados ao processamento salarial de dezembro.

O diferencial verificado nos dois anos em análise reflecte a opção pelo pagamento dos Subsídios.

Dívidas à Administração Fiscal e ao Instituto de Segurança Social

Não se verifica no final de 2020, a existência de dívidas ou moras perante a Administração Fiscal, o Instituto de Segurança Social ou outras Entidades Públicas, sendo o saldo credor da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, o valor correspondente aos impostos de Dezembro de 2020, cujo pagamento é efectuado em Janeiro de 2021.

Financiamentos Obtidos M/L Prazo

Financiamentos Obtidos	2018	2019	Diferença	2020	Diferença
Financiamentos Obtidos	52.625	43.946	-8.679	35.256	-8.690

Esta rubrica apresenta o saldo da dívida existente com o empréstimo contraído junto da CCAM para o pagamento dos painéis solares.

Financiamentos Obtidos Curto Prazo

Financiamentos Obtidos	2017	2018	Diferença	2020	Diferença
Financiamentos Obtidos	100.000	75.000	-25.000	65.000	-10.000

A rubrica de financiamentos obtidos de curto prazo apresenta o montante da utilização da conta caucionada titulada pela Instituição em cada momento.

Outras Contas a Pagar

Outras contas a pagar	2018	2019	Diferença	2020	Diferença
Outras contas a pagar	93.351	105.730	12.379	99.946	9.578

Esta rubrica regista uma diminuição dos valores registados à data do balanço no montante de 9.578€.

Encontra-se registado nesta rubrica o reconhecimento dos direitos adquiridos em 2020, relativos a férias e Subsídio de Férias. Esta rubrica evidencia ainda os valores referentes a despesas correntes, tais como electricidade, água e telefone respeitantes a gastos facturados em 2021, mas cujo consumo respeita ao ano de 2020.

4. Factos Relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes relevantes que impliquem ajustamentos e, ou, que mereçam divulgação nas contas do exercício.

Evolução Previsível da actividade da Instituição

A evolução da actividade da Instituição está condicionada com a evolução da pandemia e o impacto que a mesma terá no desenvolvimento da actividade. No entanto a Instituição, assim como a comunidade encontra-se otimista, esperando que a doença com o evoluir da vacinação possa diminuir o seu impacto e a vida retome a normalidade possível. No ano de 2021, está prevista a abertura dos serviços da Lavandaria Social à comunidade e a continuidade dos trabalhos relacionados com a construção do Lar Social. Não se preveem outros fatores que possam ter impacto significativo na gestão da Instituição.

Procura-se que as medidas adoptadas consolidem a solidez financeira da Instituição. Assim, prevê-se que no exercício económico de 2021, a Direcção se mantenha atenta e expectante em relação aos eventuais desvios e impacto nos resultados, de modo a poder agir em conformidade e adoptar as medidas necessárias para minorar o efeito negativo, que os mesmos possam representar.

Proposta de Aplicação de Resultados

O valor do Resultado Líquido apurado no exercício económico de 2020, é positivo no valor de 6.904,60€, propondo-se a sua aplicação em:

- Resultados Transitados ----- 6.904,60€

Fátima, 20 de Junho de 2021

A Direcção,

António Joaquim Ribeiro
Januel Oliveira Almeida
Luís António de Oliveira

A Contabilista Certificada,

Sónia Martins
CC n.º 77014

Centro Reabilitação Integração Fátima - CRIF
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501130020
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		1.775.832,38	1.809.056,24
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		3.921,22	2.461,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		1.779.753,60	1.811.517,45
Activo corrente			
Inventários		338,79	275,33
Clientes		5.741,23	6.322,02
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		96,52	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		4.700,96	0,00
Diferimentos		8.217,91	6.053,77
Outros activos financeiros		114,07	113,91
Caixa e depósitos bancários		59.565,04	73.993,20
		78.774,52	87.208,23
Total do activo		1.858.528,12	1.898.725,68
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		114.581,45	114.581,45
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		41.954,67	41.954,67
Resultados transitados		437.052,12	374.020,17
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		974.855,09	1.000.949,01
		1.568.443,33	1.531.505,30
Resultado líquido do período		6.904,60	63.031,95
Total do fundo de capital		1.575.347,93	1.594.537,25
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		35.256,26	43.946,41
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		35.256,26	43.946,61
Passivo corrente			
Fornecedores		52.023,41	46.540,63
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		30.953,73	32.971,28
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		65.000,00	75.000,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		99.946,79	105.730,11
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		247.923,93	260.242,02
Total do passivo		283.180,19	304.188,43
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.858.528,12	1.898.725,68

A Direção,

António Joaquim Pereira
José Almeida Alves
Jorge Santos de Oliveira Dias

A Contabilista Certificada,

Sónia Soares
CC nº 77014

Centro de Reabilitação e Integração de Fátima - CRIF
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501130020

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		73.295,72	102.262,98
Subsídios, doações e legados à exploração		814.646,96	878.879,30
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		35.103,83	48.988,76
Fornecimentos e serviços externos		117.982,45	197.032,51
Gastos com o pessoal		758.021,10	730.300,97
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		167.662,54	162.784,57
Outros gastos		46.671,40	36.287,69
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		97.826,44	131.316,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		86.530,07	62.866,19
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11.296,37	68.450,73
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		4.391,77	5.418,78
Resultados antes de impostos		6.904,60	63.031,95
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		6.904,60	63.031,95

António António Pereira
João António Silva
João António de Oliveira

Sónia Freitas
 CE nº 77014

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**EXERCÍCIO ECONÓMICO DE
2020**



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da entidade:

Centro de Recuperação e Integração de Fátima - CRIF

NIF: 501 130 020

1.2 Sede:

Rua das Pedreiras, Moimento

2495-650 Fátima

1.3 Natureza da atividade:

O CRIF (Centro de Reabilitação e Integração de Fátima) é uma Associação de Utilidade Pública sem fins lucrativos, constituída a 12 de Outubro de 1976, para dar resposta a crianças e jovens com deficiência.

Assim, o CRIF, enquanto resposta na área da deficiência foi-se desenvolvendo no sentido de suprir as necessidades inerentes a esta população. Actualmente, sendo uma Instituição que desenvolve serviços ao nível da reabilitação, saúde, educação, formação, ocupação e participação, dispõe de serviços nas seguintes áreas:

- Ensino Especial;
- Reabilitação Profissional (RP);
- Actividades Ocupacionais (CAO);

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Identificação do referencial contabilístico para a preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) aprovadas pelo DL. n.º 98/2015 de 02/06.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de demonstrações financeiras (Portaria n.º 220/2015 de 24/07), o Código de Contas (Portaria n.º 220/2015 de 24/07) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) (Aviso n.º 8259/2015).

Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem às adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro.

Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu



não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento nº. 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e respetivas Interpretações (SIC e IFRIC);

2.1 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

1.1. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

No decurso do exercício em análise procedeu-se ao registo da informação em conformidade com a NCRF-ESNL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, isto é, as demonstrações financeiras de 2020 foram apresentadas de acordo com a norma supra referida.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 Principais políticas contabilísticas

Bases de apresentação usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras da Instituição, foram preparadas de acordo com a NCRF_ESNL, que a seguir se identificam:

Continuidade:

O Centro de Reabilitação e Integração de Fátima - CRIF não pressupõe, no futuro, alterações significativas nas políticas contabilísticas utilizadas, pelo que, as demonstrações financeiras continuaram a ser elaboradas de acordo com o princípio da continuidade.



Regime do acréscimo:

As transações encontram-se contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas rubricas «Outras Contas a Receber e a pagar» e «Diferimentos».

Consistência:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes com o relatado no exercício económico anterior, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, considerando o referido no ponto 2.3 e 3.5.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela natureza da sua materialidade. A materialidade depende da quantificação, omissão ou erro. A informação é materialmente relevante se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras apresentadas.

Compensação:

É importante que os ativos e passivos sejam relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, não devendo ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. A elaboração das Demonstrações Financeiras deve respeitar o princípio da continuidade e consistência ao longo do tempo. A alteração das políticas contabilísticas utilizadas, origina que as quantias comparativas devam ser reclassificadas de acordo com a sua natureza e que seja divulgado a razão da sua reclassificação.

Acontecimentos subsequentes:

Os acontecimentos subsequentes após a data de balanço que proporcionarem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorreram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras se considerados materiais.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

a) Políticas de Reconhecimento

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos Fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, com exceção de alguns imóveis, conforme descrito na nota 4.1. deste Anexo. O custo de



aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, assim como quaisquer outros custos associados à compra do ativo.

As depreciações são calculadas, considerando a data de utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Créditos a Receber

Os clientes e outras contas a receber está mensurado pelo método do custo estando deduzidas no Balanço de eventuais Perdas por Imparidade. As dívidas dos clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que a Instituição não aplica juros de mora.

Investimentos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado regulamentado, são mensurados pelo justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em Bancos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros, encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os financiamentos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Inventários

Os inventários são valorizados ao custo, incluindo todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Subsídios do Governo

Os subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica “Subsídios, dotações e legados à exploração”.



Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos funcionários incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, comissões e outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

b) Outras políticas contabilísticas

Não foram utilizadas outras políticas contabilísticas na preparação das demonstrações financeiras, diferentes das estabelecidas pelas NCRF-ESNL.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos a períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Entidade foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras. As estimativas contabilísticas mais significativas, refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e registos de imparidade dos ativos.

3.3 Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. Nos restantes estabelecimentos da Congregação não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.4 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram qualquer alteração de estimativas contabilísticas. Nos restantes estabelecimentos da Congregação não se verificaram quaisquer alterações nas estimativas.

3.5 Correção de erros de períodos anteriores

Não existem quaisquer erros materialmente relevantes de períodos anteriores, com impacto nas demonstrações financeiras do período.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

4.2 Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

4.3 Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equip. transporte	Equip. admin.	Ativos biológicos	Outros activos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis	---	---	10-20 anos	3 - 8 anos	---	3 - 8 anos	---	4 - 8 anos
Taxas de depreciação	0%	0%	10,00% - 5,00%	33,33% - 12,50%	---	33,33% - 12,50%	---	25,00% - 12,5%
Métodos de depreciação	---	---	Método linha reta	Método linha reta	---	Método linha reta	---	Método linha reta

4.4 Montante a natureza dos bens do domínio público, do património histórico, artístico e cultural e outros ativos fixos tangíveis

A reconciliação da quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis em 2018 e 2017, são apresentadas no quadro seguinte:

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Deprec. e Imp. cum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Deprec. e Imp. cum.	Quantia Escriturada
Bens Domínio publico	0	0	0	0	0	0
Bens património HAC	0	0	0	0	0	0
O. activos fixos tangíveis	3.416.002,75	1.606.946,51	1.809.056,24	3.469.308,96	1.693.476,58	1.775.832,38
Total	3.416.002,75	1.606.946,51	1.809.056,24	3.469.308,96	1.693.476,58	1.775.832,38



As quantias escrituradas brutas, no início e fim do período, das aquisições, revalorizações, alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Bens do domínio público	Bens do Património HAC	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
Activos	0	0	3.469.308,96	3.469.308,96
Saldo Inicial			3.416.002,75	3.416.002,75
Aquisições			53.306,21	53.306,21
Alienações			0,00	0,00
Transf. e abates			0,00	0,00
Revalorizações			0,00	0,00
Inv. em curso			0,00	0,00
Saldo Final			3.469.308,96	3.469.308,96
Depr. acumuladas	0	0	1.693.476,58	1.693.476,58
Saldo Inicial			1.606.946,51	1.606.946,51
Depr. do Exercício			86.530,07	86.530,07
Perdas Imparidade			0,00	0,00
Reversões Perdas			0,00	0,00
Alienações			0,00	0,00
Transf. E abates			0,00	0,00
Outras variações			0,00	0,00
Saldo final			1.693.476,58	1.693.476,58
Quantia Escriturada	0	0	1.775.832,38	1.775.832,38

4.4 Outras Informações

A Instituição não apresenta à data de 31 de dezembro de 2019, quaisquer restrições de titularidade de ativos, nem ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos. Também não apresenta quaisquer compromissos contratuais assumidos para aquisição de ativos fixos tangíveis.

Não existem atualmente, itens do ativo fixo tangíveis valorizados por reavaliações efetuadas.

A Instituição não possui bens que possam ser classificados como bens do património histórico, artístico e cultural.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

A Instituição não possui à data de 31 de dezembro de 2020 bens considerados intangíveis.

6. CUSTOS DOS EMPRESTIMOS OBTIDOS

Existem valores desta natureza registados à data do balanço. Estes valores são referentes a um empréstimo bancário contratualizado com o Banco CCAM e a uma conta caucionada existente na CGD.

Descrição	31/12/2019	31/12/2019
Passivos		
Financiamentos Obtidos – Instituições de Crédito	0,00€	0,00€
Financiamentos Obtidos – Contas Caucionadas	65.000,00€	75.000,00€
Locações Financeiras – Contrato Leasing	0,00€	0,00€
Financiamentos Obtidos – Contas D.O. credoras	35.256,26€	43.946,41€
Total	100.256,26€	118.946,41€



7. INVENTÁRIOS

7.1 Políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários

Os inventários foram valorizados ao custo, incluindo todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. A forma de custeio usada foi o FIFO.

7.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Movimentos	2020			2019		
	Mercadorias	M. P., Sub. E Cons.	Activos Biológicos	Mercadorias	M. P., Sub. E Cons.	Activos Biológicos
Existências Iniciais	0,00	275,33	0,00	0,00	538,14	0,00
Compras	0,00	35.003,83	0,00	0,00	48.450,71	0,00
Autoconsumos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reg. Existências	0,00	163,46	0,00	0,00	275,24	0,00
Existências Finais	0,00	338,79	0,00	0,00	275,33	0,00
Custo do Período	0,00	35.103,83	0,00	0,00	48.988,76	0,00

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. Políticas contábilísticas para reconhecimento do rédito

O rédito, proveniente das prestações de serviços efetuadas pelas Entidade, é contabilisticamente reconhecido, pelo valor a receber dos clientes, à data da prestação do serviço.

8.2 Quantia significativa de rédito reconhecida durante o período

À data do balanço o rédito apresentado era composto pelos valores provenientes de:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2020			2019		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição % face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição % face aos réditos reconhecidos no período anterior
Prestação de serviços	73.295,72	6,94%	-28,33%	102.262,98	8,87%	15,88%
Subsídios à exploração	814.646,96	77,17%	-7,31%	878.879,30	76,21%	13,45%
Outros Rend.	167.662,54	15,88%	-2,55%	172.057,32	14,92%	-17,29%
Totais	1.055.605,22	100,00%	-8,46%	1.153.199,60	100,00%	7,68%



9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não foram registadas pela Entidade provisões, passivos contingentes e ativos contingentes durante o exercício económico de 2020 e 2019.

10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo destinados ao financiamento da atividade encontram-se registados como rendimentos operacionais pelo valor nominal das verbas atribuídas e reconhecidos de acordo com o ano civil a que respeitam.

Deste modo, as verbas atribuídas pelo Estado destinadas ao financiamento da atividade, subdividiram-se, para os anos 2020 e 2019, do seguinte modo:

Subsídios à Exploração	Resp. Social	2020	2019	Diferença
ISS, IP - CDSS Santarém	CAO	562.272,48	543.261,60	18.894,55
DGESTE – M. Educação	Educativa	115.099,90	126.750,39	2.485,91
IEFP	Form. Prof.	109.417,41	164.182,37	44.067,50
IEFP - Apoio Contratação	Comum	11.950,45	20.473,16	19.870,95
Subs. Outras Entid.	Comum	15.906,72	24.211,78	18.905,96
Total		814.646,96	878.879,30	104.224,70

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 Base de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compensação das demonstrações financeiras

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

- Clientes e utentes
- Fornecedores
- Outras dívidas a receber
- Outras dívidas a pagar
- Financiamentos obtidos

11.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos fundos patrimoniais

A composição desta rubrica no final do exercício económico de N era a seguinte:

Rubricas / Fundo Social	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundos	114.581,45			114.581,45
Excedentes Técnicos	0			0
Reservas	41.954,67			41.954,67
Resultados transitados	374.020,17	63.031,95		437.052,12
Excedentes de revalorização	0			0
Ajustamentos / Outras variações fundos patr.	1.000.949,01	8.785,35	-33.529,27	976.205,09
Resultado líquido do período	63.031,95		-56.127,35	6.904,60
Total	1.594.537,25	71.817,30	-89.656,62	1.575.347,93



11.3 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados, incluem remunerações, subsídios de alimentação, subsídios de Férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo, são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo, que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios inerentes à cessação de emprego, resultantes do regime jurídico do fundo de compensação do trabalho (FCT), do mecanismo equivalente (ME) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT) encontram-se reconhecidos de acordo com o estipulado na Lei 70/2013 de 30 de agosto. De acordo com a legislação aplicável o FCT é um fundo de capitalização registado como Investimento Financeiro e o FGCT é um fundo de natureza mutualista registado como gasto do período.

Os gastos globais suportados pela Entidade, foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal	2020	2019	Diferença
Remunerações Pessoal	616.365,31	595.256,42	19.527,22
Enc. sobre Remunerações	122.464,67	120.146,41	3.378,22
Seguros de Acid. Trabalho	8.496,80	7.927,60	1.988,11
Outros Custos com Pessoal	10.694,32	6.970,54	2.701,64
Total	758.021,10	730.300,97	27.595,19

Número médio de empregados

Descrição	Pessoas ao serviço	
	Nº médio pessoas 2020	Nº médio pessoas 2019
Pessoas ao serviço, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas remuneradas ao serviço	47	51
Pessoas não remuneradas ao serviço	0	0
Pessoas ao serviço por tipo de horário:		
A tempo completo	45	49
A tempo parcial	2	2
Pessoas ao serviço, por sexo:		
Homens	8	10
Mulheres	39	41



Órgãos Diretivos

Os órgãos diretivos da Instituição, de acordo com os estatutos colaboram diretamente na gestão da mesma, em regime de voluntariado, não sendo por isso remunerados.

13. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

14. AGRICULTURA

Não aplicável.

15. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

16.1 Estado e Outros Entes Públicos

Os valores registados à data do balanço e refletidos na consolidação dos valores apurados pelas diversas Entidades, na conta de Estado e Outros Entes Públicos, foram os seguintes:

Estado e Outros Entes Públicos	2020	2019
Imposto s/ Rendimento	0,00	0,00
Retenção Impostos s/ Rendimento	5.679,48	7.365,72
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	25.177,73	25.605,56
Outros impostos		
Total	30.857,21	32.971,28

16.2 Diferimentos

A rubrica "Diferimentos" tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:



Diferimentos	2020	2019
Ativo		
Gastos a Reconhecer		
Seguros	8.217,91	6.503,77
Total	8.217,91	6.503,77
Passivo		
Rendimentos a Reconhecer		
Outros Rend. a Reconhecer	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

16.3 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Outros ativos correntes	2020	2019
Devedores por acréscimo de rend.	3.700,96	0,00
Outros devedores	1.000,00	0,00
Total	4.700,96	0,00

16.4 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Outros passivos correntes	2020	2019
Pessoal	0,00	0,00
Fornecedores de investimento	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	96.926,35	98.945,58
Outros credores	3.020,44	4.192,59
Total	99.946,79	103.138,17

16.5 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os valores da rubrica de caixa e depósitos bancários da Entidade, apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários		
Activos		
Caixa	649,44€	1.032,30€
Depósitos à ordem	58.915,60 €	72.960,90 €
Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €
Total	59.565,04 €	73.993,20 €

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

16.6 Fornecimentos e serviços externos

Os valores registados no exercício económico de 2020 e 2019 foram os seguintes:

Fornec. Serviços Externos	2020	2019	Diferença
Subcontratos	0	0	0,00
Serviços Especializados	37.311,69	44.432,98	-7.121,29
Materiais	7.893,89	8.492,24	-598,35
Energia e Fluidos	47.097,04	113.724,30	-66.627,26
Des., Estadas e Transp.	87,23	453,29	-366,06
Serviços Diversos	24.316,21	28.699,98	-4.383,77
Despesas com Utentes	1.276,39	1.229,72	46,67
Total	117.982,45	197.032,51	-79.050,06

16.7 Descrição das responsabilidades da Entidade por garantias prestadas

Informação não aplicável à Instituição.

Fátima, 28 de Outubro de 2021

A Contabilista Certificada


N.º 77014

